

LEITURA LITERÁRIA EM ESCOLAS DE POVOS INDÍGENAS DO ACRE

Djalma Barboza Enes Filho ¹

RESUMO

Este estudo tem como tema a leitura da literatura indígena brasileira contemporânea em escolas de povos indígenas do Acre. O objetivo da pesquisa é analisar a prática da leitura literária em escolas indígenas no município de Cruzeiro do Sul, bem como suas implicações para a formação leitora e o desenvolvimento da identidade cultural dos alunos. O referencial teórico baseia-se em autores da área das relações étnico-raciais, como Bonin (2010; 2012; 2014), Bergamaschi (2010; 2012; 2015) e Debus (2010; 2017), além de estudiosos da literatura indígena, como Almeida (2009), Brito (2013; 2016), Dorrico (2018; 2020), Graúna (2013), Jekupé (2015; 2020), Munduruku (2009; 2012; 2017), Thiél (2012) e Krenak (2019; 2020), entre outros. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de cunho descritivo, com base na análise documental de planejamentos escolares, incluindo planos de aula, sequências didáticas e projetos de leitura, visando descrever práticas pedagógicas relacionadas à inclusão da literatura indígena no ensino da leitura. O estudo foi realizado na Escola Yositi Shovo Tãmākâyã, do povo Noke Koî (Katukina), situada na Terra Indígena Campinas Katukina, no município de Cruzeiro do Sul, Acre. Os resultados permitem compreender como a literatura indígena é retratada no currículo escolar, identificar as práticas de leitura existentes na escola e apontar lacunas na inclusão de textos literários indígenas na sala de aula. Além disso, evidenciam a necessidade de refletir sobre os planejamentos escolares para garantir a efetiva inserção da literatura indígena no contexto escolar, contribuindo para o desenvolvimento de práticas de leitura literária que promovam um ensino mais crítico, reflexivo e representativo. Por fim, o estudo ressalta a importância de fortalecer a presença da cultura indígena no ambiente escolar, assegurando que os alunos reconheçam e valorizem sua herança cultural por meio da leitura de obras de autoria dos povos originários.

Palavras-chave: Povos Indígenas, Literatura Indígena, Escola indígena, Leitura literária.

INTRODUÇÃO

A literatura indígena brasileira contemporânea consolidou-se como uma das mais importantes expressões políticas, culturais e estéticas da atualidade, configurando-se como instrumento de resistência e de afirmação identitária dos povos originários diante do apagamento histórico e do silenciamento de suas narrativas. Por séculos, as populações indígenas foram representadas por discursos coloniais que reforçaram estereótipos de primitivismo e inferioridade cultural, contribuindo para o esvaziamento e a deslegitimação de suas epistemologias nos espaços educativos. Assim, a emergência e a circulação de obras escritas por autores indígenas representam um processo de retomada

¹ Professor e pesquisador da Universidade Federal do Acre (UFAC), Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), djalma.filho@ufac.br.



da memória coletiva e de fortalecimento da identidade cultural, ao possibilitar que suas histórias, cosmologias e modos de vida sejam narrados pelos próprios sujeitos que as vivenciam.

No campo educacional, esse movimento ganhou destaque com marcos legais e pedagógicos fundamentais, como a Constituição Federal de 1988 e o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), que asseguram a construção de currículos culturalmente significativos, bilíngues e articulados aos projetos de vida das comunidades indígenas. A partir dessas políticas, a escola indígena passou a ser concebida não como espaço de assimilação cultural, mas como ambiente de valorização das tradições, das línguas e dos saberes ancestrais, respeitando as formas próprias de ensinar e aprender de cada povo. Esse novo paradigma educacional se manifesta em práticas que buscam integrar a literatura indígena ao cotidiano escolar, favorecendo a formação de leitores críticos e o fortalecimento da identidade étnica desde os primeiros anos da escolarização.

É nesse contexto que se insere a Escola Yositi Shovo Tãmākãyã, pertencente ao povo Noke Koï e localizada na Terra Indígena Campinas Katukina, em Cruzeiro do Sul – Acre. A instituição pauta-se pelos princípios da Educação Escolar Indígena (EEI), articulando saberes acadêmicos e conhecimentos tradicionais, conforme seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) e as diretrizes do RCNEI. Nessa perspectiva, a literatura indígena constitui ferramenta pedagógica de grande relevância, capaz de aproximar os estudantes de suas próprias referências narrativas, preservando valores culturais, expressões linguísticas e práticas socio-comunitárias fundamentais à continuidade identitária do povo Noke Koï.

A literatura indígena também tem se mostrado um recurso potente para o desenvolvimento do letramento literário nas escolas indígenas, por promover experiências de leitura que dialogam diretamente com a ancestralidade e com o sentimento de pertencimento dos estudantes. Ao incorporar narrativas que expressam a cosmologia, a relação com o território, os mitos e a espiritualidade de cada povo, essa literatura contribui não apenas para a preservação das línguas e práticas tradicionais, mas também para o reconhecimento da pluralidade de vozes que compõem a literatura brasileira. Diferentemente das obras do cânone ocidental, que muitas vezes representam os povos originários de forma estereotipada, os textos de autoria indígena trazem a potência da memória viva, traduzindo perspectivas culturais e políticas que emergem das próprias comunidades.



Na Escola Yositi Shovo Tãmãkãyã, essa dimensão literária se mostra especialmente significativa, uma vez que o ensino busca promover a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua história e de sua inserção no mundo. O fortalecimento do protagonismo indígena por meio da leitura tem contribuído para que as crianças compreendam que seus saberes e suas tradições não são inferiores, mas representam uma herança cultural de valor inestimável. Assim, o trabalho pedagógico com obras de autores indígenas configura-se como prática de valorização da diversidade étnica e de enfrentamento das desigualdades históricas impostas aos povos originários.

Entretanto, os resultados da pesquisa indicam que, apesar dos avanços teóricos e normativos que reconhecem a importância da literatura indígena no contexto escolar, sua presença ainda é limitada no currículo e nas práticas pedagógicas. As entrevistas realizadas com professores e com o diretor da escola evidenciaram desafios como a escassez de acervo literário indígena, a falta de materiais bilíngues e a ausência de formação docente específica voltada ao trabalho com autores e obras indígenas. Essas limitações repercutem diretamente no processo de ensino-aprendizagem, reduzindo o contato dos estudantes com narrativas que refletem sua cultura, identidade e território.

Diante desse cenário, tornou-se necessário compreender como a literatura indígena tem sido incorporada ao trabalho pedagógico da escola, analisando as possibilidades e limitações que permeiam o processo de formação leitora dos alunos Noke Koï. O estudo também buscou identificar práticas e concepções docentes que possam contribuir para a consolidação de uma educação intercultural e anticolonial, em consonância com os princípios da Educação Escolar Indígena.

A análise dos dados revelou que a presença reduzida da literatura indígena nas práticas escolares expressa uma tensão entre o que está garantido em nível normativo e o que se concretiza no cotidiano da sala de aula. Embora haja esforços para integrar saberes tradicionais ao currículo, persistem desafios estruturais, como a desigual distribuição de materiais didáticos e a carência de formação voltada à literatura indígena e ao letramento literário. Essas lacunas comprometem a efetividade de uma proposta educacional que respeite e valorize a diversidade cultural dos povos indígenas e promova uma pedagogia verdadeiramente plural.

Diante disso, este estudo buscou responder de que modo a literatura indígena tem sido trabalhada nos anos iniciais da Escola Yositi Shovo Tãmãkãyã e como ela contribui para a formação de leitores críticos e para o fortalecimento da identidade cultural do povo Noke Koï. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo,



fundamentada na análise de documentos pedagógicos e na realização de entrevistas com professores e com o gestor escolar. Esse percurso metodológico possibilitou identificar concepções docentes, práticas existentes e limitações no trabalho com a leitura literária, permitindo compreender de forma mais ampla o papel da literatura indígena na formação leitora e cultural dos estudantes.

O objetivo geral consistiu em analisar as práticas de leitura literária na Escola Yositi Shovo Tãmākãyã e sua relação com o processo de letramento literário e de fortalecimento identitário dos estudantes. Como objetivos específicos, buscou-se investigar como os professores compreendem o papel da literatura indígena na escola, verificar a presença de obras de autoria indígena nos planejamentos e no acervo escolar e refletir sobre as contribuições dessas obras para a formação leitora e cultural dos alunos.

A relevância desta pesquisa reside em contribuir para o debate sobre a educação intercultural e sobre a necessidade de assegurar que as crianças indígenas tenham acesso às narrativas de seu próprio povo, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a continuidade cultural. Espera-se, ainda, que os resultados possam subsidiar ações pedagógicas que ampliem o uso da literatura indígena no cotidiano escolar, reafirmando o compromisso da Educação Escolar Indígena com uma perspectiva antirracista, decolonial e humanizadora, que promova o reconhecimento e a valorização das vozes, saberes e histórias dos povos originários.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, com o objetivo de compreender de que forma a literatura indígena brasileira contemporânea é trabalhada, ou não, nas aulas de Língua Portuguesa da Escola Indígena Yositi Shovo Tãmākãyã, situada na aldeia Nova Olinda, pertencente ao povo Noke Koĩ, na Terra Indígena Campinas Katukina, município de Cruzeiro do Sul – Acre.

A opção pela abordagem qualitativa fundamentou-se na necessidade de compreender os fenômenos educacionais em sua dimensão social, cultural e simbólica, respeitando o contexto de pertencimento dos sujeitos. Segundo Gil (2008), esse tipo de investigação permite interpretações mais profundas da realidade, buscando significados que não podem ser quantificados, o que se mostra adequado aos propósitos deste estudo.

O percurso metodológico envolveu três etapas principais: revisão bibliográfica, trabalho de campo e análise dos dados. Na primeira etapa, foram estudadas obras sobre



literatura indígena, letramento literário e educação intercultural, que serviram de base para a construção do referencial teórico.

Na etapa de campo, foram realizadas duas visitas à escola. A primeira, em 2024, permitiu a coleta e análise de documentos institucionais, como o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e a “Sequência Didática Noke Koñ”, do componente curricular de Língua Portuguesa, voltada ao 5º ano. Esses materiais possibilitaram verificar a presença, ou ausência, de textos de autoria indígena nos planejamentos escolares.

A segunda visita, em 2025, previa a observação das aulas de Língua Portuguesa dos 4º e 5º anos; contudo, devido à suspensão temporária das atividades escolares, essa etapa não pôde ser realizada. Ainda assim, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com as professoras do 4º (E1) e 5º ano (E2) e com o diretor da escola (E3), todos pertencentes à comunidade Noke Koĩ. As entrevistas buscaram compreender as concepções docentes sobre ensino, leitura e o papel da literatura indígena no processo educativo.

Durante a visita, realizou-se também uma observação da biblioteca escolar, constatando-se a presença limitada de obras de autoria indígena, apenas Foi Vovó que Disse, de Daniel Munduruku, compunha o acervo literário disponível. Essa constatação reforçou a necessidade de ampliar a representatividade da literatura indígena no cotidiano escolar.

A coleta de dados envolveu, portanto, entrevistas, análise documental e observação indireta. Para o tratamento dos dados, seguiram-se as etapas propostas por Miles e Huberman (1994), citados por Gil (2008): redução, categorização e verificação. Os conteúdos das entrevistas e documentos foram organizados e analisados de acordo com os objetivos da pesquisa, articulando-se aos referenciais teóricos sobre literatura indígena e educação intercultural.

REFERENCIAL TEÓRICO

A literatura indígena brasileira desempenha papel essencial na preservação das culturas dos povos originários e na defesa de suas cosmologias, saberes e modos de vida. Historicamente, essas populações foram submetidas a processos de dominação e silenciamento que afetaram profundamente suas línguas, crenças e expressões artísticas. Desde o período colonial, consolidou-se uma visão distorcida dos povos indígenas, frequentemente classificados como seres inferiores e incivilizados, perspectiva que serviu



para justificar a imposição de um modelo hegemônico de sociedade e cultura, pautado em valores eurocêntricos (THIÉL, 2012).

Essa ideologia sustentou discursos homogeneizantes que invisibilizaram a pluralidade étnica e linguística das comunidades indígenas. Como observa Thiél (2012, p. 185), tais representações contribuíram para uma *ficcionalização do indígena*, deslocando-o da própria narrativa de sua existência e reforçando a marginalização de suas produções simbólicas. Apesar da negação histórica, a literatura indígena sempre existiu, sustentada pela oralidade, por meio de mitos, lendas, cantos e narrativas rituais que perpetuam o conhecimento ancestral. A palavra, nesse contexto, constitui fonte de sabedoria, espiritualidade e memória coletiva. Para Souza (2005), a escrita não substitui a tradição oral, mas a amplia, permitindo que as histórias ancestrais circulem em novos contextos e alcancem diferentes públicos.

Nesse sentido, a literatura indígena contemporânea representa continuidade e resistência, [...] “uma escrita criativa e de resistência que contribui no combate ao racismo e na desconstrução de estereótipos” (ENES FILHO, 2023, p. 22). Consolidou-se como espaço de afirmação cultural e política, no qual os povos originários reafirmam sua legitimidade e denunciam as formas de exclusão que ainda persistem na sociedade brasileira. Segundo Graúna (2013), o ato de escrever constitui uma retomada de lugares de fala historicamente negados, configurando contranarrativas que desafiam o imaginário colonial e o sistema literário tradicionalmente excludente.

Autores como Daniel Munduruku, Ailton Krenak, Kaká Werá Jecupé, Eliane Potiguara, Julie Dorrico e Olívio Jekupé têm ampliado a visibilidade das textualidades indígenas e contribuído para o diálogo entre literatura, identidade, memória, território e espiritualidade, [...] “colaborando na luta por suas causas e fortalecendo as estratégias de resistência, por meio da produção literária”. (ENES FILHO, 2023, p. 26). Suas obras superam leituras estereotipadas e reafirmam a literatura como instrumento de resistência, denúncia e continuidade histórica. Como afirma Jekupé (2009), escrever é uma forma de revelar ao mundo as violências cotidianas sofridas pelos povos indígenas e de defender o direito à terra, à vida e à cultura.

Além do valor político e simbólico, a literatura indígena também possui dimensão pedagógica, pois possibilita a circulação dos saberes tradicionais em espaços formais de ensino e formação leitora. Munduruku (2009) enfatiza a importância de “falar aos pequenos”, de modo a fortalecer a consciência identitária e a ancestralidade das novas gerações. Dessa forma, a literatura indígena cumpre dupla função: preservar as culturas



ancestrais e formar leitores críticos, capazes de compreender a luta por autonomia e reconhecimento sociopolítico.

O reconhecimento institucional dessa relevância se intensificou a partir da Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatória a inclusão da História e Cultura Indígena nos currículos da Educação Básica, o que [...] “representa um avanço significativo no reconhecimento da importância da literatura indígena como ferramenta educativa e de resistência cultural”. (ENES FILHO, 2025, p. 5). Para Graúna (2013), essa conquista resulta da mobilização de lideranças que reivindicam a valorização das línguas, cosmologias e tradições indígenas como parte integrante da formação educacional brasileira.

A presença da literatura indígena nas escolas, portanto, é um passo decisivo para a consolidação de uma educação intercultural, capaz de romper com paradigmas eurocêntricos e promover o diálogo entre diferentes formas de conhecimento. Como afirmam Thiél (2012), inserir obras de autoria indígena no currículo contribui para uma educação mais justa e plural, assegurando aos estudantes o direito à memória e ao reconhecimento de suas identidades coletivas.

Assim, a literatura indígena ultrapassa o campo estético e assume papel sociopolítico e educativo, articulando resistência, continuidade e identidade. Ao propiciar que os alunos indígenas se reconheçam em suas narrativas, ela fortalece o pertencimento, a autoestima e a consciência cultural. Com base nesses pressupostos, compreender como essa literatura tem sido trabalhada na Escola Yositi Shovo Tãmākãyã, pertencente ao povo Noke Koĩ, é essencial para avaliar a efetividade da Educação Escolar Indígena no Vale do Juruá e para fortalecer práticas pedagógicas que assegurem às novas gerações o acesso, a valorização e a continuidade de seus saberes ancestrais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de campo foi realizada em 2025, na Escola Indígena Yositi Shovo Tãmākãyã, localizada na Aldeia Nova Olinda, pertencente ao povo Noke Koĩ, com o objetivo de compreender como a literatura indígena tem sido utilizada, ou não, nas aulas de Língua Portuguesa, bem como de que forma ela contribui para o fortalecimento da identidade cultural dos estudantes. Durante a visita, foram entrevistadas duas professoras dos anos iniciais (E1 e E2) e o diretor da escola (E3). As análises das falas foram articuladas com as diretrizes do Projeto Político-Pedagógico (PPP) Noke Koĩ (2019), com



os princípios do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI, 1998) e com o referencial teórico discutido anteriormente.

Uma das primeiras observações referiu-se à organização do planejamento pedagógico. Tanto E1 quanto E2 relataram que os planejamentos das aulas são elaborados de forma quinzenal e colaborativa, durante reuniões entre os docentes. E2 destacou que o processo é horizontal, pois permite trocas de experiências e de ideias baseadas nas dificuldades e nos saberes dos alunos. Essa prática dialoga diretamente com o que está previsto no PPP da escola, que propõe uma pedagogia construída coletivamente, com a participação da comunidade e o respeito aos modos próprios de ensinar e aprender (PPP, 2019). Ao serem questionadas sobre os documentos que orientam o planejamento, ambas mencionaram o PPP e a matriz curricular própria da escola, o que reforça o princípio da autonomia pedagógica, previsto pela Educação Escolar Indígena (RCNEI, 1998).

Contudo, ao se analisar a forma como a literatura indígena é inserida nas práticas pedagógicas, alguns desafios tornaram-se evidentes. As professoras afirmaram que os contos da tradição Noke Koï estão presentes na escola, mas são utilizados predominantemente nas aulas de Noke Vana, a língua nativa, ministradas por outro docente. Embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) defenda a valorização do ensino bilíngue, observou-se que, nas turmas dos anos iniciais, ainda há predominância de textos em português. El explicou que isso se deve ao processo de alfabetização que deve acontecer com o uso de textos simples em português.

Durante as entrevistas, verificou-se que a literatura indígena brasileira contemporânea ainda é pouco conhecida e explorada pelas professoras. Apenas E2 relatou conhecer o autor Daniel Munduruku, por meio de colegas e de pesquisas na internet, mas nenhuma das duas docentes declarou trabalhar com textos desse autor ou de outros escritores indígenas em suas aulas. Por outro lado, o diretor da escola (E3) demonstrou compreensão mais ampla acerca da função da literatura indígena no contexto atual. Segundo ele, a literatura indígena hoje se expressa não apenas pela oralidade, mas também pela escrita, pela imagem e pelo audiovisual.

Já o E3 mencionou a existência de cartilhas em Noke Vana, com histórias, receitas e pinturas do povo, e de um atlas produzido com o apoio de pesquisadores, que reúne conhecimentos sobre o território, a fauna e a flora da Terra Indígena Campinas Katukina. No entanto, por estarem disponíveis apenas na língua nativa, esses materiais acabam não sendo utilizados nas aulas de Língua Portuguesa do 4º e 5º anos.



Essa ausência de materiais bilíngues, textos disponíveis em Noke Vana e português, limita a circulação dos saberes tradicionais nas aulas de português e compromete a integração entre as duas línguas. O RCNEI (1998) defende que textos bilíngues são fundamentais para articular conhecimentos sobre território, saúde e modos de vida, promovendo o diálogo entre culturas. Nesse mesmo sentido, Thiél (2012) enfatiza que textos bilíngues, elaborados em língua nativa e em língua portuguesa, são utilizados como material didático em várias comunidades e escolas indígenas para promover o letramento das crianças nativas.

Outro aspecto recorrente nas falas dos entrevistados refere-se ao tema da Terra e Conservação da Biodiversidade, um dos eixos estruturantes do RCNEI. O diretor E3 destacou que, para o povo Noke Koĩ, a natureza é parte indissociável da vida e da história, enfatizou o vínculo espiritual e prático com o território e mostrou preocupação com os impactos do desmatamento e da redução das terras indígenas.

Essas reflexões dialogam com o PPP da escola, que reconhece o conhecimento tradicional como forma de resistência, e com as orientações do RCNEI (1998), segundo as quais preservar a floresta é também uma prática educativa. Nesse sentido, a literatura indígena se apresenta como instrumento pedagógico capaz de integrar os saberes ambientais aos processos de ensino, favorecendo a valorização da floresta como elemento de identidade e de sobrevivência cultural (THIÉL, 2012).

Quando questionadas sobre o impacto da literatura indígena na construção da identidade dos alunos, as professoras reconheceram sua relevância. E1 destacou que os contos ajudam a manter viva a cultura entre as crianças, pois os saberes compartilhados em sala são também reproduzidos no convívio familiar. E2, por sua vez, afirmou que o contato com a língua e com as narrativas do próprio povo facilita a aprendizagem do português sem comprometer a identidade indígena.

Apesar do reconhecimento da importância da literatura indígena, o uso da biblioteca escolar ainda é restrito. E1 relatou que utiliza apenas os livros didáticos distribuídos pelo governo e que raramente recorre a textos de literatura indígena. E2, por outro lado, afirmou que a escola possui algumas obras escritas por autores indígenas e que as utiliza em atividades pontuais, embora essas leituras não estejam registradas nas sequências didáticas. Essa constatação indica que há abertura para o trabalho com a literatura indígena, mas que ela ainda não foi incorporada de modo sistemático à rotina pedagógica.



De modo geral, as entrevistas evidenciaram que a escola Yositi Shovo Tãmãkãyã desenvolve práticas importantes de valorização cultural, mas ainda enfrenta limitações estruturais e formativas para integrar a literatura indígena nas aulas de português. Para tornar o currículo mais intercultural e coerente com os princípios da Educação Escolar Indígena, é necessário ampliar o acervo de obras de autoria indígena, fortalecer o ensino bilíngue e incentivar a produção de materiais elaborados pela própria comunidade.

Como destaca Thiél (2012), a literatura produzida pelos indígenas das mais diversas etnias brasileiras merece visibilidade; sua presença e expressão podem e devem ser contabilizadas e valorizadas. Nesse sentido, a leitura de obras indígenas é fundamental tanto para estudantes indígenas quanto para não indígenas, pois as textualidades indígenas promovem a percepção de como os outros representam sua realidade, leem o mundo e produzem textos com uma configuração estética diferente daquela do cânone ocidental.

Com base nessas análises, compreende-se que a literatura indígena deve ser efetivamente integrada ao cotidiano da Educação Escolar Indígena (EEI), não apenas como recurso cultural, mas como prática pedagógica que assegura a continuidade das tradições e o reconhecimento das vozes indígenas. Investir na formação continuada dos docentes, sobretudo dos professores não indígenas que atuam na escola, é essencial para garantir que a literatura indígena receba o devido espaço no ensino, fortalecendo a identidade dos estudantes e promovendo uma educação verdadeiramente intercultural, antirracista e decolonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que a literatura indígena ainda não ocupa um espaço efetivo nas aulas de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental I. Embora a instituição demonstre preocupação em valorizar a cultura do povo Noke Koï, o trabalho com obras de autoria indígena permanece pontual e pouco sistematizado, o que evidencia lacunas entre o discurso da valorização cultural e as práticas pedagógicas efetivamente desenvolvidas no cotidiano escolar.

Os dados coletados permitiram identificar três fatores principais que explicam essa realidade: o desconhecimento das professoras sobre autores e obras da literatura indígena contemporânea, o que limita o uso desse repertório nas aulas; a escassez de materiais e de obras indígenas no acervo da biblioteca escolar, o que restringe as possibilidades de leitura literária representativa da cultura local; e a ausência de



orientações explícitas no Projeto Político Pedagógico (PPP) sobre o papel da literatura indígena como instrumento formativo e identitário.

Esses fatores revelam que, embora haja intenção e sensibilidade cultural por parte da equipe escolar, ainda faltam ações concretas que assegurem a presença sistemática da literatura indígena nas práticas pedagógicas, especialmente no componente curricular de Língua Portuguesa. A situação observada indica que a escola encontra-se em um processo de transição, no qual coexistem práticas voltadas à valorização dos saberes tradicionais e, ao mesmo tempo, dificuldades de operacionalizar essas concepções em sala de aula.

A ausência de obras de autores indígenas no acervo e nos planejamentos pedagógicos aponta para a necessidade urgente de políticas institucionais de incentivo à formação continuada de professores, tanto indígenas quanto não indígenas, que atuam na Educação Escolar Indígena. Essa formação deve contemplar o estudo das textualidades indígenas contemporâneas, possibilitando aos docentes compreenderem a literatura não apenas como recurso didático, mas como instrumento de resistência, reconhecimento e construção de identidade.

Do mesmo modo, a ampliação e atualização do acervo literário da escola representam medidas indispensáveis para garantir o acesso dos estudantes às vozes indígenas que compõem a diversidade literária brasileira. A presença de livros bilíngues, produzidos na língua Noke Vana e em português, também se mostra fundamental para a consolidação de um ensino que promova o bilinguismo e o diálogo entre diferentes sistemas de conhecimento, fortalecendo o letramento literário e a identidade cultural dos estudantes.

Os resultados da pesquisa reforçam, portanto, a importância de compreender a literatura indígena como eixo estruturante de uma educação intercultural, crítica e decolonial. Ao reconhecer que o texto literário é portador de saberes, valores e memórias, a escola pode promover experiências de leitura capazes de fortalecer o pertencimento e a autoestima dos alunos, além de sensibilizar toda a comunidade para o respeito às diferenças culturais.

Nesse sentido, a Educação Escolar Indígena (EEI), quando orientada pelos princípios do RCNEI (1998) e da Lei nº 11.645/2008, deve assumir a literatura indígena como campo formativo essencial, articulando tradição oral, escrita e contemporaneidade. Tal integração contribui não apenas para a preservação da memória coletiva, mas também para o enfrentamento dos processos de silenciamento e exclusão que historicamente atingiram os povos originários.



Conclui-se, portanto, que a leitura literária indígena desempenha papel indispensável na construção de uma educação plural, antirracista e humanizadora, ao possibilitar que os alunos indígenas reconheçam-se como sujeitos históricos e culturais. Para avançar nesse caminho, é fundamental investir em ações que unam formação docente, produção de materiais bilíngues e valorização da autoria indígena, de modo que a escola Yositi Shovo Tãmākâyã se consolide como espaço de resistência, memória e continuidade cultural do povo Noke Koï.

Por fim, esta pesquisa reafirma que a presença da literatura indígena na escola ultrapassa o campo estético: ela é um gesto político e pedagógico de reexistência, um modo de garantir que as vozes, os saberes e as narrativas dos povos indígenas continuem a ecoar, formando leitores críticos, conscientes e orgulhosos de sua ancestralidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- DORRICO, Julie. **A leitura da literatura indígena: para uma cartografia contemporânea**. Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade – Igarapé, v. 5, n. 2, p. 107-137, 2017.
- DORRICO, Julie et al. (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.
- ENES FILHO, Djalma Barboza. **Literatura indígena brasileira contemporânea para a Infância: uma escrita criativa e de resistência**. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Florianópolis, 2023.
- ENES FILHO, Djalma Barboza; ENES, Sônia Elina Sampaio; SILVA, Pedro Lopes da. **Um Panorama da Literatura Indígena Brasileira Contemporânea**. Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 7, n. 1, p. 01–20, 2025.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GRAÚNA, G. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte, Mazza, 2013.
- JEKUPÉ, Olívio. **Literatura escrita pelos povos indígenas**. São Paulo: Scortecchi, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- SOUZA, Lynn Mario T. Menezes de. **Uma outra história, a escrita indígena no Brasil**. In: Instituto Socioambiental (Org.). Povos Indígenas no Brasil: 2006.
- THIÉL, J. **Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

